

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: PISTAS PARA CONHECER, INTERVIR E CONSTRUIR CAMINHOS POSSÍVEIS

Edilaine Albertino de Moraes\* &amp; Teresa Cristina de Miranda Mendonça\*\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir o processo histórico de construção do debate teórico-prático sobre o turismo de base comunitária (TBC) no Brasil, considerando diversos atores envolvidos, como lideranças locais, gestores públicos, militantes, pesquisadores e agentes do mercado de viagens e turismo. Esta pesquisa se funda na metodologia qualitativa, baseada no levantamento bibliográfico e documental e em trabalhos de campo (presencial e virtual) realizados durante a trajetória acadêmica de 2004 a 2024. A linha de argumentação do artigo parte de uma questão central: de que TBC estamos falando? Nesse sentido, a revisão de literatura considera os antecedentes e contradições conceituais de TBC, analisando ainda as possibilidades e os desafios dessa prática social no pós-pandemia. Os principais resultados obtidos, ao longo das últimas décadas, revelaram múltiplas versões dessa prática, que estão sendo (re)produzidas em diferentes realidades brasileiras, permitindo delinear um exercício de reescrever composições, atores, associações e caminhos possíveis nesse campo. Em meio a desafios e disputas, concluiu-se, que o TBC, enquanto estratégia de resistência e alternativa econômica, evoca um outro mundo possível, priorizando, assim, a compreensão de ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão dos diversos grupos no campo e na cidade.

**Palavras-chave:** Turismo de base comunitária; Problemas sociais; Saberes; Redes.

## COMMUNITY-BASED TOURISM IN BRAZIL: WAYS TO KNOW, INTERVENE AND BUILD POSSIBLE PATHS

**Abstract:** This paper aims to present and discuss the historical process of construction of theoretical-practical debate on community-based tourism (CBT) in Brazil, considering several actors involved, such as local leaders, public managers, activists, researchers, and agents of the travel and tourism market. This research is based on qualitative methodology, based on bibliographic and documentary surveys and fieldwork (face-to-face and virtual) carried out during the academic trajectory from 2004 to 2024. The line of argument of the article starts from a central question: which CBT are we talking about? In this sense, the literature review considers CBT's background and conceptual contradictions, analyzing also the possibilities and challenges of this social practice in the post-pandemic. The main results obtained over the last decades revealed multiple versions of this practice, which are being (re)produced in different Brazilian realities, allowing to delineate an exercise of rewriting compositions, actors, associations and possible paths in this field. In the midst of challenges and disputes, it was concluded that TBC, as a strategy of resistance and economic alternative, evokes another possible world. Thus prioritizing the understanding of actions that aim to overcome the current conditions of inequality and exclusion of various groups in the countryside and in the city.

**Keywords:** Community-based tourism; Social issues; Knowledge; Networks.

## TURISMO DE BASE COMUNITARIA EN BRASIL: PISTAS PARA CONOCER, INTERVENIR Y CONSTRUIR CAMINOS POSIBLES

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir el proceso histórico de construcción del debate teórico-práctico sobre el turismo de base comunitaria (TBC) en Brasil, considerando diversos actores involucrados, como líderes locales, gestores públicos, militantes, investigadores y agentes del mercado de viajes y turismo. Esta investigación se basa en la metodología cualitativa, basada en el estudio bibliográfico y documental y en trabajos de campo (presenciales y virtuales) realizados durante la trayectoria académica de 2004 a 2024. La línea argumental del artículo parte de una pregunta central: ¿de qué TBC estamos hablando? En este sentido, la revisión de literatura considera los antecedentes y contradicciones conceptuales de TBC, analizando también las posibilidades y los desafíos de esta práctica social en el post-pandemia. Los principales resultados obtenidos, a lo largo de las últimas décadas, han revelado múltiples versiones de esta práctica, que están siendo (re)producidas en diferentes realidades brasileñas, permitiendo delinear un ejercicio de reescritura de composiciones, actores, asociaciones y caminos posibles en este campo. En medio de desafíos y disputas, se concluyó que el TBC, como estrategia de resistencia y alternativa económica, evoca otro mundo posible, priorizando, así, la comprensión de acciones que apunten a la superación de las actuales condiciones de desigualdad y exclusión de los diversos grupos en el campo y en la ciudad.

**Palabras clave:** Turismo de base comunitaria; Problemas sociales; Saberes; Redes.

HOW TO CITE: Moraes, E. A. de, & Mendonça, T. C. de M. (2024). Turismo de base comunitária no Brasil: pistas para conhecer, intervir e construir caminhos possíveis. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rlaturismologia/article/view/43981>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511142>



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ (2019). Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ (2009). Especialista em Gestão Pública e Sociedade/UFT (2012). Bacharel em Turismo/UFJF (2006). Professora Associada e Pesquisadora em tempo integral na UFJF. Professora em estudos de graduação em Turismo, Ciências Humanas e Administração Pública. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-REDE Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRJ/CNPq). Pesquisadora colaboradora nos Grupos "Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade" (GAPIS/UFRJ/CNPq), "Núcleo Sinergia: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura" (UFRJ/CNPq), "Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia" (IP/UFRJ/CNPq), "Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação" (CEH/UERJ/CNPq), "Conservação Colaborativa e Áreas Protegidas e Conservadas" (Geccap/USP/CNPq) e na Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita - Brasil, México e Moçambique). CV: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464> | [edilaine.moraes@ufrj.br](mailto:edilaine.moraes@ufrj.br)

\*\* Pós-doutorado em Meio Ambiente/UERJ (2021). Doutora em Ciências Sociais/UERJ (2010). Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ (2004). Bacharel em Turismo/Universidade Estácio de Sá (1989). Professora Associada e Pesquisadora em tempo integral na UFRJ. Professora em estudos de graduação em Turismo. Coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo (NEPET/UFRJ) e vice-coordenadora do TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRJ/CNPq). Coordenadora do projeto de pesquisa e extensão "Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde". Pesquisadora colaboradora na Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita - Brasil, México e Moçambique). CV: <http://lattes.cnpq.br/4339255053628511> | [teresam@ufrj.br](mailto:teresam@ufrj.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, as principais mudanças e riscos globais enfrentados são referentes às questões socioambientais, envolvendo diferentes processos e problemas gerados, também, pelo turismo ordenado por uma política e economia global que vem transvertendo sociedades, culturas e territórios perante mecanismos que atendem à acumulação e reprodução do capital e, assim, sobrepõem os interesses culturais, sociais e ambientais (Corbari, 2021; Marín Guardado, 2023). À vista disso, o fenômeno turístico vem sendo, cada vez mais, associado aos desafios, às contradições e às incertezas oriundas do insustentável modelo de desenvolvimento hegemônico.

Nesse cenário, considera-se que a pandemia da covid-19, sem precedentes, evidenciou a necessidade de rupturas estruturais no turismo, gerando um impacto de dimensões extremas em todo o mundo (Dachary, Burne & Arnaiz, 2020). O momento de suspensão da prática turística mundial revelou, assim, a vulnerabilidade do setor e colocou em xeque a controversa e complexa dinâmica economicista e massiva de pessoas, governos, organizações, empreendimentos e coisas que ocupam e dominam diversos destinos e lugares dos países centrais aos periféricos.

Dessa forma, ficou claro que os debates críticos sobre soluções e saídas para os impactos sanitários, políticos, socioeconômicos e ambientais da pandemia, por meio do turismo, deveriam considerar os seus inúmeros riscos de acentuar ainda mais o emaranhado de desigualdades, vulnerabilidades e disrupções em curso. Isso porque as condições e as tensões sofridas e herdadas da pandemia não possuem um caráter passageiro a ser superado, ao contrário, o que vem ocorrendo é a experimentação de “mutações” e não apenas crises (Latour, 2020).

Assim, é importante considerar a leitura crítica de um turismo hegemônico, que se baseia na produção e consumo de espaços, lugares e pessoas sob a lógica capitalista, em relação a vias contra-hegemônicas, que defendem um outro tipo de fazer turismo baseado em algumas premissas de conservação, cultura e justiça social.

Nessa direção, a presente investigação busca despertar o interesse e impulsionar essa discussão, a partir da realidade brasileira, tendo o turismo de base comunitária (TBC) como foco de observação.

A compreensão do TBC vai além da perspectiva de planejamento e estruturação de empreendimentos comunitários ou da simples recepção e condução de visitantes. Por isso, não se trata de uma leitura técnica instrumental sobre um segmento turístico apropriado pelo mercado que, geralmente, atribui aos participantes o papel de figurantes no processo de visitação. Ainda que essa posição seja contrariada quando se considera a agenda governamental e o processo de políticas públicas conduzidos por uma visão centrada na dimensão econômica do turismo, negligenciando, desse modo, os lugares de TBC (Moraes, 2019; Moraes *et al.*, 2020).

O turismo de base comunitária, também derivado como turismo comunitário, constitui um tema relevante em termos científico-políticos. Considerado como um

caminho possível para a inclusão de áreas socialmente vulneráveis ou invisibilizadas nos processos na dinâmica turística nacional, essa prática tem sido difundida, cada vez mais, como uma forma de turismo orientada por justiça socioambiental e resistência política e territorial. Mas esse não é um processo novo. Desde a década de 1980, essa prática tem sido construída sob a premissa da base endógena em planejamento e organização do turismo em outros países da América Latina e no Brasil, conforme investigado de forma aprofundada em doutoramento de Moraes (2019), o que faz importar a retomada dessa trajetória e de desdobramentos práticos para o seu real entendimento no contexto atual.

Assim, diante dos desafios impostos pelo cenário atual, de que versões de TBC estamos falando? Em outras palavras, quais são as versões dessa prática que estão sendo (re)produzidas pela realidade brasileira? Sob essa inquietação, buscou-se apresentar e discutir elementos do processo histórico de construção do debate teórico-prático sobre o TBC no Brasil, considerando diversos atores envolvidos, como lideranças locais, gestores públicos, militantes, pesquisadores e agentes do mercado de viagens e turismo. Esse exercício permitiu delinear reflexões e pistas para conhecer, intervir e construir caminhos possíveis para o desenvolvimento do TBC no pós-pandemia.

## 2 FUNDAMENTOS INICIAIS

O TBC, na realidade nacional, possui uma condição estratégica diante da sociobiodiversidade e da riqueza cultural do país. Desde sua origem, comunidades de pescadores artesanais, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas e outros grupos tradicionais têm construído experiências emergentes e alternativas de TBC, gerando a melhoria de suas condições de vida frente às desigualdades sociais existentes (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009). A repercussão dessas experiências fomentou a criação, em 2003, da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), promovendo trocas de experiências, fortalecendo as iniciativas existentes e despertando o interesse de outras comunidades rurais e urbanas para esse propósito em diferentes regiões e biomas preservados (Moraes, 2019). Desde então, o TBC se tornou tema de interesse de pesquisas acadêmicas e estudos de caso em todo o país, influenciando a realização de diversos debates, seminários e produções bibliográficas (Coriolano & Lima, 2003; Silva *et al.*, 2008; Costa Novo & Cruz, 2013; Marupiara, 2014; Bagagem, 2015; Veras *et al.*, 2017).

Nesse processo, é importante destacar que é comum que as iniciativas de TBC se desenvolvam de forma vinculada às estratégias políticas desenvolvidas por grupos organizados e movimentos sociais, sejam indígenas, povos e comunidades tradicionais, e do campo ou de áreas urbanas periféricas para a defesa dos seus direitos e garantia e preservação da cultura local e dos territórios por eles ocupados histórica e tradicionalmente. São exemplos de espaços que compatibilizam ação político-cultural com o lazer, pois, para além da defesa dos projetos locais e do turismo, se revelam como “instrumentos de intervenção social e de construção de identidade política” (Cañada Mullor, 2023a: 27). Por essa razão, o turismo de base

comunitária é entendido, também, como um movimento político e social (Mendonça & Moraes, 2012).

Nessa perspectiva, o TBC parte de uma discussão político-ideológica, permeada por um longo processo de debate na sociedade questionando o modelo de desenvolvimento capitalista (Coriolano, 2012), que impulsiona um processo de implementação de um modelo de turismo que leva a alterações de lugares, transformando-os em espaços funcionais para a expansão e reprodução do capital (Corbari, 2021; Oliveira, 2023). Nesse contexto, essa proposta de base comunitária foi sendo incorporada progressivamente no debate ambiental e de inclusão social (Mendonça, 2004; Cañada Mullor, 2023b). Dessa forma, segundo Cañada Mullor (2023a), esse tipo de movimento compõe iniciativas, que abrem horizontes de esperança para o enfrentamento a modelos dominantes e pressões de exploração, expropriação e exclusão econômica e territorial.

Com base nesta perspectiva, esses grupos buscam criar práticas do que se refere como “economia não-violenta”, ou entendida também como economia comunitária, de reciprocidade, solidária e alternativa (Zaoual, 2006). Essas concepções emergem ainda na proposta de um “outro turismo possível”, que tem avançado reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico (Neuhaus & Silva, 2005). Sob esse prisma, essa proposta age no espaço vivido, no lugar de pertencimento, nas territorialidades, no território praticado e usado (Zaoual, 2006), que tem o turismo como mediador das práticas e usos dos mesmos.

Portanto, no cenário de globalização de mercados e homogeneização de culturas, são revelados mercados locais, concretos, repletos de atores econômicos, em que os modos de produção apresentam trajetórias locais próprias, hábitos, rotinas e prática enraizadas nos territórios (Zaoual, 2006). Assim, o TBC se revela como parte de um processo de indigenização em oposição à globalização (Sahlins, 1997a; 1997b) e demais pressões de modernização e de hegemonias econômicas globais. Este processo, tem como referência a forma pela qual os grupos humanos, nas instâncias locais, se apropriam de elementos externos, regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos e os transformam em favor de seus próprios referenciais culturais locais.

Dessa forma, o TBC vem tendo, historicamente, maior alcance por meio de ações coletivas, de formação de federações e de redes locais, nacionais e latino-americanas, permitindo apontar preocupações comuns, bem como, construir alianças entre organizações não governamentais, universidades, gestores públicos e movimentos sociais que atuam em frentes populares, influenciando as agendas de políticas públicas e o delineamento de formas de comercialização das atividades envolvidas (Cañada, 2015; Moraes, Irving & Mendonça, 2018; Moraes, 2019).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo se constitui de parte dos resultados de 20 anos de atuação das autoras em pesquisa, tendo o TBC no Brasil como foco de investigação. Sendo assim, essa contribuição se assenta no acúmulo de um grupo

de pesquisa e extensão universitária, que trabalha com metodologia qualitativa. Dessa forma, este artigo é resultante da produção intelectual idealizada pelo “TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes” (UFJF/UFRRJ/CNPq), que se dedica a rastrear e produzir conhecimentos em rede, promovendo uma articulação entre modos de afirmação e de criação de diversas formas de configuração do que se autodenomina TBC, a partir de referenciais teórico-metodológicos que favoreçam o diálogo entre diferentes saberes, técnicas e fazeres.

Nesse contexto, a presente reflexão foi desenvolvida com apoio na abordagem qualitativa (Minayo, 1994), que permite rastrear informações e refletir sobre o que se tem discutido, observado, produzido e revelado sobre o processo de construção do TBC no Brasil.

Tendo como base um acúmulo de intervenção em atividades de pesquisa, extensão, e de eventos acadêmicos e não acadêmicos, os dados aqui apresentados são resultantes de uma diversidade de procedimentos metodológicos experimentados durante a caminhada investigativa e as vivências práticas do TBC-Rede. Destarte, a pesquisa bibliográfica e documental é estruturante. Segundo as diversas manifestações e narrativas sobre o TBC em seu processo histórico, cada uma delas foi considerada como fonte de coleta de dados: eventos, trabalhos de campo, atividades virtuais, entre outros.

Deste modo, foi realizada pesquisa de campo por meio de “observação simples” (Vasconcelos, 2002: 218). Esse recurso foi utilizado no registro de fatos e relatos produzidos no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS, Fortaleza, 2008), no II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL, Brasília, 2015), I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde (Paraty, 2015), I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha (Rio de Janeiro, 2015), no II Fórum Global sobre Turismo Sustentável” (II FGTS, Salvador, 2018), no I Encontro Mineiro de Turismo de Base Comunitária (Belo Horizonte, 2019) e no I Seminário de Turismo de base comunitária e Bem Viver (Montes Claros, 2019). A participação nesses eventos possibilitou a identificação e o entendimento das vozes de lideranças locais, dos discursos governamentais e não governamentais e da academia sobre o tema. Assim como, os documentos e relatórios resultantes de cada um desses eventos foram utilizados como fontes de análise.

Outro recurso utilizado na pesquisa foi a observação participante e entrevistas semi-estruturadas (Vasconcelos, 2002), em alguns projetos de pesquisa e extensão tendo como campo de investigação: Prainha do Canto Verde, Ceará (Mendonça, 2004); Vila do Aventureiro, Rio de Janeiro (Mendonça & Moraes, 2012); Rede Cearense de Turismo Comunitário (Moraes, 2019); Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, Rio de Janeiro (Mendonça, Santos & Leite, 2020). Destacam-se ainda visitas técnicas ao roteiro de TBC na favela Santa Marta, Rio de Janeiro (2015, 2016, 2023). Complementarmente, foram feitas entrevistas semiestruturadas via plataforma *Google Meet* com as experiências Associação Acolhida na Colônia (Santa Catarina), Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá (Amazonas), Fundação Casa

Grande - Memorial do Homem Kariri (Ceará), Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade (Bahia), Quilombo de Ivaporunduva (São Paulo), Quilombo Kalunga (Goiás), Rede Caiçara de Turismo Comunitário Paranaguá (Paraná) (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023); além da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta - Turiarte (Pará), a Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Feital e a Cooperativa Manguezais da Guanabara (Rio de Janeiro), realizadas no escopo do projeto de iniciação científica intitulado "Turismo de base comunitária no Brasil pós Covid-19: repensando resistências, ações e conexões para imaginar novas práticas sustentáveis" (BIC/PROPP/UFJF/2020), e que estão sistematizadas em Moraes et al. (2024).

A análise de dados foi feita com a leitura minuciosa e ordenação dos dados de observação e entrevistas realizadas ao longo das pesquisas de campo referenciadas anteriormente, levando em conta a produção coletiva conhecimento, o que permitiu rastrear as origens do debate e os desdobramentos das práticas, movimentos coletivos e políticas públicas, que reagregaram contribuições significativas no sentido de indicar pistas, no lugar de regras e protocolos, para a ação teórico-prática em TBC nos dias atuais. Assim, para além de se constituir de um relato de experiência, as referidas orientações teórico-metodológicas indicadas trouxeram subsídios e permitiram tecer novas reflexões, ideias e perguntas, atendendo ao objetivo proposto pelo presente artigo.

#### 4 RAÍZES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL

Em um exercício retrospectivo, os primeiros debates sobre turismo de base comunitária no país surgiram em um contexto não acadêmico. As primeiras iniciativas dessa prática foram desenvolvidas, em meados da década de 1990 (Bursztyn, Bartholo & Delamaro, 2009), por meio de projetos configurados sob o reflexo das discussões em torno das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente, em 1994 (MICT/MMA, 1994). Na maior região brasileira, a Região Norte, foram abrigados o "Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária", criado, em 1997, nas Reservas Extrativistas Estaduais de Curralinho e de Pedras Negras no Vale do Guaporé (Rondônia); o Projeto de Ecoturismo e a Pousada Aldeia dos Lagos, também em 1997, no município de Silves (Amazonas); e o "Projeto Ecoturismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá", em 1998, no município de Tefé (Amazonas). Alguns desses projetos foram mobilizados e assistidos tecnicamente por entidades locais e organizações não governamentais e outros apoiados por financiadores nacionais e internacionais (Sansolo, 2003; Doria, 2004), tornando-se vitrine de propostas para a conservação e o desenvolvimento comunitário na Amazônia.

No sul do país, foi implantado, em 1999, o programa de agroturismo na cidade de Santa Rosa de Lima (Santa Catarina) pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), resultando na criação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Guzzatti, 2003).

Com relação estritamente ao termo turismo comunitário, a gênese dessa expressão surgiu em 1995, na Prainha do Canto Verde (Beberibe), reconhecida amplamente como um dos núcleos populacionais mais organizados de pesca artesanal do Ceará, no litoral nordestino (Moraes, 2019). Os residentes perceberam que era inevitável a chegada do turismo no lugar de beleza cênica, que já atraía muitos olhares especuladores. Sendo assim, foi iniciado um processo de resistências ao modelo de desenvolvimento turístico imposto pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), que fora uma iniciativa implementada sem a consulta aos atores sociais locais, ameaçando, assim, o direito dos moradores de se manterem em seu lugar de origem. Diante disso, foi criado, em 1998, o "Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde", coordenado pela Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde e parceiros (Mendonça, 2004).

Assim, considera-se que o movimento de turismo comunitário no Brasil surgiu de forma semelhante ao que Krippendorf (2009) aponta como ações de protesto e oposição aos projetos turísticos de grande porte que ameaçam a paisagem da região, seguido de organização de atos de resistências pelos moradores envolvidos que podem conduzir a manifestação de uma forte vontade política militante em favor do seu desenvolvimento equilibrado e autogestionado, que podem evoluir e dar lugar à difusão de uma visão centrada em outra forma de se fazer turismo.

Dessa forma, o debate crítico, à época, sobre o turismo e acerca das iniciativas alternativas em curso, ressoou, inclusive, na academia, na sociedade civil organizada e, posteriormente, nas políticas públicas, reconhecendo, sobretudo, a importância do TBC como uma possível via para a transformação social.

No plano acadêmico, essa discussão começou a se configurar no âmbito dos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL), desde a primeira edição em 1997, no âmbito do Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), representando um marco para a reflexão crítica sobre a necessidade de desenvolvimento do turismo, a partir de novas bases, no Brasil (Irving, 2009; Moraes, 2019).

Assim, segundo Moraes (2019), o 1º ENTBL marcou o início das reflexões sobre as possibilidades de desenvolvimento local por meio do turismo. Desde então, esse Encontro se firmou como um dos mais importantes fóruns nacionais para o debate interdisciplinar e a produção acadêmica crítica em turismo. Mas somente a partir da sua sexta edição que as publicações acadêmicas do evento fizeram referência direta ao turismo de base comunitária, no trabalho de Mendonça & Irving (2002).

Outros eventos importantes foram os Seminários Internacionais de Turismo Sustentável (SITS), realizado em 2003 e 2008, pela ONG Instituto Terramar, em parceria com a Universidade do Estado do Ceará e o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Os debates foram norteados pelos temas turismo, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e políticas públicas (Moraes, 2019). A primeira edição desse seminário

simbolizou o lançamento do TBC para o Brasil (Scharer, 2015), fazendo com que as representações comunitárias locais presentes pudessem interagir com populações de outros estados, discutindo a experiência de como, na verdade, é possível manter-se no controle dos seus territórios, das suas culturas e das suas linguagens diante do desenvolvimento turístico (Diegues, 2003). Foi a primeira vez que todos os projetos pioneiros de TBC e outros se reuniram, configurando, assim, uma arena de discussão e de troca de experiências entre lideranças comunitárias e interlocutores de ONGs atuantes no Ceará e em outras regiões do país (Lima & Coriolano, 2003).

Esses seminários contribuíram, expressivamente, por meio da publicação de seus anais e de outras publicações (Coriolano & Lima, 2003; Lima & Coriolano, 2003; Silva *et al.*, 2008), para que a terminologia turismo comunitário se afirmasse e se tornasse objeto de reflexões e pesquisas acadêmicas no país, inspirando a seguinte concepção:

Turismo comunitário é aquele em que as comunidades, de forma associativa, possuem o controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão das atividades e assim conseguem melhorar suas economias (Coriolano & Lima, 2003: 10).

Além disso, as edições do SITS contaram com um espaço reservado às ONGs internacionais para a abordagem de diferentes perspectivas sobre a concepção mais ampla de turismo no contexto da sustentabilidade, com a participação de instituições da sociedade civil da Alemanha, Itália, Holanda, Índia e de países da América Latina, com a representação da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS). Isso porque esses seminários foram concebidos em sintonia com reflexões e articulações sobre a temática de turismo, no âmbito das edições do Fórum Social Mundial, desde 2002, quando esse evento de referência foi lançado em Porto Alegre (RS). Assim, esse contexto motivou os primeiros passos de um pequeno grupo de iniciativas brasileiras de TBC em prol de um movimento de articulação em rede (Moraes, 2019).

Nesse sentido, a fim de identificar características comuns em iniciativas de TBC no Brasil, Mendonça *et al.* (2014) investigaram as produções bibliográficas nessa temática, publicadas entre 2002 e 2014, concluindo as seguintes características dessa prática: envolve iniciativas cujos benefícios socioeconômicos impactam diretamente a comunidade local; busca-se a sustentabilidade social, espacial e econômica; e prevalece uma relação dialógica entre turista e comunidades envolvidas, sendo a participação e o protagonismo social da comunidade marcantes no processo, assim como a prevalência de gestão comunitária dos empreendimentos locais e outras formas de organização. Ademais foram reconhecidos a busca de desenvolvimento local, a presença da noção de pertencimento e identidade, fortalecendo as atividades produtivas e o modo de vida, assim como o respeito às tradições e valorização cultural (Irving, 2009). Percebeu-se, ainda, que o turismo se apresenta como complemento e não como substituição a outras atividades produtivas nas comunidades. As ações incluem ainda um processo de resistências e lutas pelos

direitos à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e ao local herdado (Mendonça, 2004). E a experiência também é vinculada aos “sítios simbólicos de pertencimento” (Zaoual, 2009), entidades imateriais e invisíveis, nas quais estão impregnados os comportamentos individuais e coletivos, além de todas as manifestações materiais de uma região. Além disso, Moraes (2019) ressalta que, nesses processos, ainda é possível reconhecer a relevância do trabalho em rede para o funcionamento e fortalecimento do TBC.

Assim, é possível considerar que, em sua origem, o entendimento do TBC pressupõe a identificação e a análise de propostas e ações sociais coletivas que buscam traduzir os protagonismos e as resistências dos atores sociais locais envolvidos, além de outros elementos centrais, como o intercâmbio cultural entre turistas e anfitriões, as relações econômicas produzidas localmente e o encontro entre natureza e cultura de modo vinculado ao sentimento de pertencimento ao lugar vivido e visitado (Moraes, 2019). O TBC constitui, portanto, “a interpretação “local” do turismo frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização” (Irving, 2009: 111).

## 5 PRÁTICAS, COLETIVOS E POLÍTICAS PARA IMPULSIONAR O TBC

O potencial para o fortalecimento do TBC no Brasil ficou evidente a partir de uma ação promovida, em 2003, pela Embaixada da França, por meio de um programa de cooperação. Essa iniciativa buscou fomentar a discussão sobre turismo solidário (termo difundido na Europa) entre atores de diversos projetos que atuavam nessa linha, incluindo o turismo de base comunitária, além de representantes da gestão pública e de outras instituições apoiadoras. Essa medida reuniu sete projetos – Prainha do Canto Verde (Ceará), Acolhida na Colônia (Santa Catarina), Ecoporé (Roraima), Palmatur (Ceará), Parque Regional do Pantanal (Mato Grosso do Sul), além de Aldeia dos Lagos (Amazonas) e de Bordados da Caatinga (Piauí) – que representaram o Brasil no Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável 2003, em Marselha (França) (Moraes, 2019).

Com o intuito de continuar a discussão sobre turismo solidário no Brasil, a Embaixada da França promoveu novos encontros, mobilizando esse grupo que permaneceu em contato para troca de experiências e debate sobre essa temática no plano nacional. Nesse sentido, o movimento informal desses sete projetos resultou, em 2003, na criação da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (TURISOL) (Bagagem, 2010).

Sendo assim, a Rede TURISOL surgiu de uma estratégia de articulação entre projetos/comunidades, sem assumir personalidade jurídica. No início das suas atividades, as ações foram limitadas, pois nenhuma iniciativa pôde assumir a coordenação geral da Rede em face das diversas demandas de desenvolvimento de cada projeto e, ainda, pela inexistência de recursos financeiros (Fontoura, 2009). Essa situação fez com que alguns participantes deixassem de atuar em TBC e outros expandissem as suas atividades, como ocorreu

com os projetos Acolhida na Colônia (SC), Prainha do Canto Verde (CE) e Instituto Terramar (CE). Por outro lado, outras iniciativas criaram ações dirigidas ao turismo comunitário, demonstrando interesse em continuar a discussão dessa temática já em curso, no âmbito da TURISOL, como foi o caso do Projeto Bagagem (de abrangência nacional), do Projeto Saúde e Alegria (PA), da ONG Grãos de Luz e Griô (BA) e da Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande (CE) (Fontoura, 2009).

O movimento coletivo de iniciativas de TBC, engajado informalmente por meio da Rede TURISOL, tinha passado a demandar, desde 2003, ao Ministério do Turismo um canal de interlocução direta para a discussão, a negociação e a articulação em torno dessa temática. Essa mobilização influenciou diretamente o processo de abertura de espaço para oportunidades de diálogos sobre a criação de uma possível linha de fomento específica para o TBC.

Nesse contexto, em 2008, foi apresentada uma minuta de edital de chamada pública para a seleção de projetos de TBC, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza (CE). Esse evento contou com a participação de representantes do governo, de iniciativas de TBC, da academia e de organizações do Brasil, da Bolívia, do Equador e da Nicarágua.

O documento mencionado foi anunciado pelo representante do Ministério do Turismo, convidado a discursar, na ocasião, sobre “Políticas Públicas para o Turismo Comunitário e de Base Local no Brasil”. Esse edital representou, assim, uma estratégia governamental de apoio ao TBC no país, pois o Brasil não dispunha de política pública dirigida a essa agenda e nem um compromisso para tal. Portanto, há de se considerar que esse edital não foi elaborado e lançado por acaso, já que a estratégia de articulação em rede das iniciativas de TBC foi decisiva para conquistar algum tipo de apoio governamental (Moraes, 2019).

Assim, a primeira ação de política pública para o fomento de iniciativas desse tipo no país ocorreu por meio do Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR/nº 001/2008, que selecionou 50 propostas de projetos com foco no território, desenvolvimento local e inclusão social. Esses, por sua vez, deveriam ser baseados nas premissas de autogestão, de associativismo/cooperativismo, de valorização da cultura local e, principalmente, de protagonismo das comunidades locais no processo de apropriação dos benefícios advindos do turismo (Brasil, 2008).

O Edital privilegiou o protagonismo local, qualificando as iniciativas de produtos e serviços turísticos lideradas por comunidades receptoras como meios alternativos para a geração de trabalho e renda. Sendo assim, o TBC foi entendido pelo órgão federal como “produto”, tendo, como “atrativo” diferencial, o próprio modo de vida da comunidade anfitriã, com o compromisso de geração de benefícios econômicos e intercâmbio cultural (Silva; Teixeira & Ramiro, 2009).

Dessa maneira, a compreensão sobre o TBC no âmbito do MTur se restringiu a mais uma segmentação do mercado turístico. Cabe ressaltar que o Edital mencionado representou uma ação pontual e isolada do MTur que tentou contemplar o TBC, não se constituindo

como um programa em si e nem tendo a continuidade esperada. Segundo Lima (2014), o processo foi caracterizado por uma complexidade administrativa incompatível com a realidade de muitos dos grupos sociais atendidos. Contudo, não se pode negar a importância dessa iniciativa pública para a mobilização nacional com relação ao TBC, a qual passou a ser considerada uma referência para o debate, o reconhecimento, a sistematização e o fortalecimento de inúmeras experiências.

Uma das ações apoiadas pelo Edital MTur nº 001/2008 foi o I Encontro Nacional da TURISOL realizado em Uruçuca (BA), em 2010, com a coordenação do Projeto Bagagem. Essa oportunidade de encontro objetivou definir as prioridades da Rede TURISOL, além de buscar fortalecer as estratégias de comercialização e de criar vínculos entre os atores sociais participantes do processo. Na ocasião, os grupos envolvidos assumiram as responsabilidades de cada projeto, em um plano de trabalho para o período 2010-2012.

No entanto, por insuficiência de recursos financeiros, o Plano de Trabalho 2010-2012 da Rede TURISOL não foi concretizado. O Projeto Bagagem, que assumia, naquele período, um papel importante de centralização das ações, foi pausado pela estrutura administrativa frágil à época. Com isso, a TURISOL foi se dissolvendo, progressivamente. Aquele momento foi crítico também pela finalização dos projetos apoiados pelo Edital MTur nº. 001/2008, em 2010. Mas os destinos envolvidos continuaram se desenvolvendo nas ações previstas, dialogando entre si, embora sem uma ação em rede (Moraes, 2019).

Já em agosto de 2014, o Projeto Bagagem foi assumido por uma nova diretoria e gestão estratégica da empresa social Raízes Desenvolvimento Sustentável, o que permitiu estimular novamente o diálogo em rede (Bagagem, 2015). Nesse contexto, a iniciativa efetiva encontrada para a reativação da Rede TURISOL foi a realização do II Encontro Nacional da TURISOL, em agosto de 2015, na Universidade de Brasília. O evento envolveu cerca de 150 participantes de várias partes do país. Essa mobilização integrou representantes de comunidades locais, de universidades, de órgãos de gestão pública, além de ONGs, de consultores de TBC e de empresas. Diversos debates foram promovidos em dois dias de evento, com enfoques nos temas território, comercialização do TBC e políticas públicas setoriais. Como parte do aprofundamento do diálogo, havia o entendimento da importância de que a Rede TURISOL se consolidasse para poder reivindicar mudanças em políticas públicas (Bagagem, 2015).

No que tange aos desdobramentos da Rede TURISOL, um grupo composto de lideranças comunitárias, membros de redes regionais, de iniciativas locais de Turismo Comunitário, de ONGs e movimentos sociais, educadores populares e de diversas instituições educacionais fizeram um esforço para realizar o “II Fórum Global sobre Turismo Sustentável” (II FGTS), nos dias 14 e 15 de março na Universidade Federal da Bahia, na capital de Salvador, como uma atividade autogestionária integrante do eixo temático “Democratização da Economia” do Fórum Social Mundial 2018 (Campos Filho, 2018). O evento teve a participação de 93 integrantes de 63 organizações de

nove países, incluindo representantes de nove estados brasileiros.

O II FGTS resultou na “Declaração de Salvador” (FGTS, 2018), que reconheceu a necessidade de fortalecimento das redes de turismo de base comunitária, considerando-se a legitimidade e a autonomia das iniciativas das comunidades. Esse encontro contribuiu, assim, para o fortalecimento da Rede TURISOL e de outras como a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), bem como para o incentivo do movimento pela construção de uma rede baiana de turismo comunitário, que envolve cerca de 13 organizações e empreendimentos localizados em áreas urbanas e rurais (Campos Filho, 2018), denominada atualmente de Rede BATUC (Lima, 2023).

É interessante observar que, nesse processo, surgiram novas iniciativas de TBC não só no meio rural, mas também nos centros urbanos, exemplificadas por projetos em algumas favelas: na cidade do Rio de Janeiro (RJ), frutos de uma reação contra os chamados “favela tours”, cujo debate foi impulsionado durante o “I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha: desafios e oportunidades do turismo em favelas”, ocorrido entre 13 e 15 de abril de 2015, na Biblioteca Parque da Rocinha (Mendonça, Moraes & Catarcione, 2016); e em Salvador (BA), reunidos pela Rede BATUC (Lima, 2023). Fora do Brasil, observam-se iniciativas na capital Bogotá, Colômbia (Ferrari, 2021; Izcara & Cañada, 2023). As práticas realizadas nessas periferias têm sido referenciadas sob formas de turismo comunitário urbano (Izcara & Cañada, 2023), buscando quebrar o estigma de serem áreas perigosas associadas à criminalidade, além de tentar ressignificar a imagem de seus bairros e de sua população, bem como melhorar as condições de vida e criar produções culturais autônomas.

Em termos de ações de políticas públicas direcionadas ao fomento do TBC, em 2018, duas ações importantes foram lançadas no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de fortalecimento do TBC em unidades de conservação federais.

Como desdobramento das ações do Grupo de Trabalho do Turismo de Base Comunitária (GTTBC) do ICMBio, que vem, desde 2011, empreendendo esforços nesse sentido, foi elaborado o documento intitulado “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes 2018” (Brasil, 2018), com o objetivo de estabelecer um marco referencial para o TBC em unidades de conservação federais que seja capaz de sensibilizar e orientar os gestores públicos sobre o tema. Em articulação com o documento mencionado, foi publicado o edital “Chamada de propostas para fortalecimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária” (PNUD BRA 08/023), considerado a primeira ação com esse objetivo vinculada ao ICMBio. O resultado final dessa seleção foi de nove propostas aplicadas em Reservas Extrativistas, Parques Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental, localizadas em diferentes estados brasileiros (Moraes *et al.*, 2024).

Destacam-se, ainda, o Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2013), que cita o TBC em sua edição 2013-2016 ao criar um capítulo específico, no item 6.5.3, intitulado Fomentar o turismo de base comunitária. Cabe, ainda,

citar o decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019 (Brasil, 2019) que regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo em seu Art. 3º. Para fins do disposto nesse Decreto, considera que

IX - turismo de base comunitária - modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e Conservação

O TBC é mais uma vez mencionado em seu Art. 5º, sobre a “A gestão turística do Patrimônio Mundial”, que tem por objetivos:

IX - valorizar o conhecimento de povos e comunidades tradicionais e de populações locais, e estimular o desenvolvimento de produtos e serviços a estes associados ou por estes ofertados, a fim de privilegiar a implementação do turismo de base comunitária, sempre que possível.

Sendo assim, pela primeira vez, o TBC é citado na política e no plano nacional de turismo, mesmo que isso não tenha sido feito por meio de consulta pública e nem influenciado de forma direta em investimentos e ações diretamente para o fomento dessa prática. Todavia, esse ainda permanece como tema periférico e incerto nas políticas públicas setoriais no caso brasileiro (Moraes *et al.*, 2024).

Por outro lado, o processo de construção do TBC em rede tem repercutido na mobilização, elaboração e proposição normativa nas esferas estaduais. O estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na instituição da Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 7.884/2018). A partir disso, o interesse pelo reconhecimento e pela regulamentação do TBC vem sendo crescente junto ao Poder Legislativo. Mesmo passando por uma pandemia e pelo desmonte das políticas públicas para os povos das terras, das águas e da floresta (Medeiros, 2020), que fragilizou e limitou a prática do TBC, houve a aprovação da Políticas Estaduais de Turismo Comunitário no Estado da Bahia (Lei nº 14.126/2019), de Minas Gerais (Lei nº 23.763/2021), de Goiás (Lei nº 21.052/2021), do Espírito Santo (Lei nº 1.731/2022), do Maranhão (Lei nº 12.206/2024), do Pará (Lei nº 9.773/2022), do Mato Grosso (Lei nº 12.066/2023), do Tocantins (Lei nº 4.134/2023), do Maranhão (Lei nº 12.206/2024), e do Amapá (Lei nº 3.011/2024), além da proposição de Projetos de Lei, em fase de tramitação, nos estados de São Paulo, Paraná e Ceará; e de aprovação de algumas políticas municipais em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão. Para tanto, colocar essas leis em prática é o grande desafio, traduzindo como as comunidades locais pensam, o que desejam e aonde querem chegar com o turismo (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023). Essa debilidade no cenário político nacional está indo no caminho inverso de outros países latinos, haja visto, por exemplo, o Equador, que, segundo Pílamunga (2017), se destaca com um contundente avanço constitucional, normativo jurídico e institucional, sob o reflexo de tratados internacionais em matéria intercultural, saberes ancestrais e turismo comunitário.

Ainda assim, é importante ressaltar que o aumento pelo interesse de proposição e aprovação de leis de TBC em vários estados e municípios brasileiros revela o crescimento do número de iniciativas no país, e o possível proveito interesseiro por tais demandas de agentes de mercado ou mesmo de políticos. A título de ilustração, o movimento iniciado, na década de 1990, por seis projetos, ecoa, atualmente, em 87 iniciativas ativas em território brasileiro, segundo o “Mapeamento das Iniciativas de Turismo de Base Comunitária” feito pelo Projeto Bagagem, em 2022 (Bagagem, 2022). Esse dado é animador, mas ainda assim é fundamental entender o processo e o movimento de cada experiência, de cada história, além da dinâmica de cada lugar que se propõe a desenvolver o TBC, sem homogeneizar essas práticas em modelos copiados e pré-determinados (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023), caso contrário, tenderiam a reproduzir o *modus operandi* do trade turístico. Isso porque pressupõe-se que as iniciativas de TBC pesquisadas não são tratadas do ponto de vista de se projetar em escala e nem de serem trabalhadas constantemente, ficando reféns da sazonalidade.

Esse argumento é ainda mais necessário ser reafirmado, tendo em vista as condições vulneráveis das experiências de TBC durante a pandemia no Brasil, desde fevereiro de 2020, quando precisaram ser suspensas. As comunidades locais já vinham, ao longo do tempo, agenciando as suas formas de resistir e conviver tanto com a pressão de um modelo de especulação de terra quanto com a de um padrão hegemônico de turismo, e precisaram lidar com novos problemas advindos também da crise sanitária. Essa situação evidenciou que o turismo comunitário e o território possuem uma relação de interdependência, visto que a posse/propriedade da terra possibilita o turismo enquanto o mesmo fortalece a luta territorial (Benetti, 2024). Assim, foi possível afirmar que o TBC no Brasil é composto de territórios em luta, ultrapassando fronteiras temporais e espaciais (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023). Portanto, os estudos, as práticas e os movimentos em relação ao TBC não poderão mais ignorar os efeitos da pandemia em seus territórios, que servirão de experiência para futuros enfrentamentos, por exemplo, de novos riscos ambientais e climáticos.

## 6 PISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS VIAS POSSÍVEIS DE TBC

Em síntese, as discussões sobre o TBC no Brasil têm sido articuladas e tecidas por inúmeras lideranças comunitárias engajadas na defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais, representantes de associações comunitárias, pesquisadores universitários, militantes, assessores e consultores de organizações não governamentais, gestores públicos, empreendedores sociais, entre outros atores. Sendo abordado como um conceito técnico-científico, Moraes (2019) salienta que a maioria das produções acadêmicas sobre o tema ainda tende a tratar perspectivas dualistas de análise, baseadas na leitura da polaridade entre o compromisso social e o reconhecimento da importância econômica do TBC.

Na tentativa de contribuir para desdobrar e ressignificar esse pensamento dualista, considerando esse percurso histórico investigativo sobre essa temática, neste artigo, realizou-se um exercício de

reflexão sobre como os componentes de TBC se traduzem, atualmente, diante dos riscos, desafios e possibilidades para essa prática no pós-pandemia. Nessa intenção, foram reconhecidas e reafirmadas algumas heranças (abordadas nas seções anteriores) e articuladas 14 pistas incorporadas à atualidade, que se apresentam como uma aposta frente ao desafio de rastrear processos de TBC, para construir outros olhares e modos de conhecer-intervir, a seguir:

- (a) Os benefícios socioeconômicos gerados pelo TBC devem impactar de forma direta e indireta a comunidade envolvida. A lógica é de redistribuição dos benefícios advindos do processo com o compromisso de melhoria da qualidade de vida da população local. Ou seja, os resultados não devem refletir apenas nas pessoas atuantes no TBC, mas em melhorias em todo o território compartilhado. Para isso, entende-se que seja necessário que os objetivos dessa prática não se orientem pelo crescimento econômico, produção, competitividade e lucro. Além disso, entender que essa prática possa gerar esperança, mas que possui limitações;
- (b) A sustentabilidade socioespacial e econômica parte de uma visão integrada entre a viabilidade econômica das práticas de TBC e o cumprimento das demandas sociais para melhorar as condições e bem-estar ambiental dos espaços de visitação e convivência;
- (c) A reafirmação do protagonismo e da participação de comunidades locais no processo de planejamento e gestão do TBC é fundamental. O êxito das iniciativas se dá de acordo com o nível de participação e mobilização comunitária, que exige o respeito e a escuta sensível das diferentes opiniões, anseios, gêneros e gerações, compreendendo as emoções, os medos e os desejos sobre a chegada ou a retomada do turismo. Mas a dinâmica local é associada e influenciada por inúmeros outros elementos humanos e não humanos e, por isso, as mediações resultantes do agir participativo no processo de TBC não abarcam somente as próprias comunidades locais;
- (d) Isso ressoa no trabalho em rede produzido por inúmeras experiências brasileiras. Os laços de solidariedade, que têm origem no passado, na ancestralidade, e que levam a construção de redes de solidariedade, interlocução e trabalho com atores sociais diversos, são fontes que alimentam, fortalecem e mantêm o TBC. Esse trabalho é fomentado ainda por meio de ações formais e informais com ONGs, universidades, setores governamentais, instituições de fomento ao desenvolvimento e outras entidades alinhadas aos demais pressupostos;
- (e) A gestão comunitária dos empreendimentos locais é uma condição reconhecida desde as origens do TBC. A tendência é que esses empreendimentos vistam na comercialização dos produtos e serviços associados ao TBC baseados na economia solidária, no comércio justo, em negócios sociais e outras alternativas aos padrões convencionais de relação de mercado, acolhendo

- parcerias e trabalho em rede. Para tal, a promoção de canais de comunicação e marketing com outros grupos de TBC, possíveis parceiros, apoiadores, visitantes e demais interessados em dialogar têm demandado o acesso e inclusão digital das comunidades locais;
- (f) A relação dialógica entre turista/visitante e comunidade local é uma prática, mas não deve ser tratada de forma ingênua. Os discursos oficiais de políticas públicas apontam uma tendência de simplificação e homogeneização das comunidades locais, consideradas nesse contexto, apenas como componentes do arranjo produtivo local e o turista, simplesmente, como consumidor de produtos e serviços. Essa visão é equivocada, pois as comunidades esperam um perfil de visitante que privilegie a troca, o respeito, o diálogo e o encontro com diferentes saberes e fazeres. Viagens no contexto pandêmico e pós-pandêmico revelam um novo perfil de consumidor que passaria a buscar por hábitos, experiências e viagens sustentáveis e de proximidade, o que pode se conectar diretamente com o TBC;
- (g) O sentimento de pertencimento ao território e de afirmação da identidade da própria comunidade fortalecem as atividades produtivas e o modo de vida e trabalho local. Isso está atrelado aos princípios e valores comunitários para a realização do trabalho em grupo e da construção de laços familiares e de solidariedade, convivendo e fortalecendo o sentido de coletivo em prol do desenvolvimento local, o que ficou evidente, em alguns casos, no período de pandemia;
- (h) A valorização e vivência cultural, artística, espiritual e respeito ao passado que se materializam no presente, ou seja, as histórias e tradições são uma forma de atrair os visitantes pelas diferenças, que guiam os modos de existência desses diversos grupos sociais (do campo e do meio urbano) já inseridos e que vêm se inserindo no TBC;
- (i) A valorização, defesa e conservação da natureza se concretizam por meio do lugar protegido por povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação, assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas. O TBC se revela como uma ferramenta para a salvaguarda desses lugares, promovendo vivências de natureza e cultura, que não os tratam apenas como atributos/atrativos, mas, principalmente, como elementos capazes de fazer com que outros atores lutem pelos territórios de vida. Além disso, existe o risco de projetos se apropriarem dessa proposta, incentivarem os recursos naturais a serem usados como *commodities* e se associarem ao *greenwashing* para se beneficiarem das oportunidades de apoio ao TBC;
- (j) O TBC contribui para dignificar e difundir os saberes locais, históricos, populares e tradicionais, que criam novas formas de construção da própria realidade baseadas na partilha, na participação e na experiência coletiva, e que podem dialogar com o conhecimento técnico-científico;
- (k) O TBC como complemento e não como substituição é uma reflexão profunda promovida por diversas comunidades antes, durante e pós-pandemia. A suspensão da visitação levantou a questão sobre como é trabalhar com turismo e trabalhar sem turismo. Em seu princípio, o turismo era visto como um complemento à agricultura, à pesca e a outras atividades produtivas que geram renda e subsistência para as diversas comunidades locais. Com a pandemia, a manutenção dessas práticas passou a ser uma alternativa de compensação pela “falta” do turismo. Dessa forma, ficou evidente que a “monocultura” ou a dependência do TBC, seja nas experiências rurais ou urbanas, igualmente, seria um erro e um risco diante do impacto socioeconômico e da insegurança alimentar a ser gerada. Assim, o TBC se articula às demais atividades produtivas, as quais, por sua vez, manifestam-se nas práticas cotidianas locais;
- (l) Resistências, lutas e articulações em defesa dos direitos ao uso, à posse e à propriedade da terra e biodiversidade. O TBC constitui um pretexto para a luta em defesa do território e sua regularização fundiária, o que implica a orientação política da comunidade envolvida. O TBC se constrói como um direito coletivo, que inclui a autodeterminação dos processos sociais, ambientais, econômicos e políticos sob os quais os grupos envolvidos coexistem. A definição de estratégias e políticas comunitárias são enraizadas localmente, no sentido de reivindicar, lutar e garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais implicados no TBC, assim como dos grupos urbanos que veem, diariamente, seus territórios associados à imagem de violência, pobreza, desestrutura urbana, problemas socioambientais, entre outros estigmas. Cada um dos atores atuantes no TBC tem a sua própria maneira de perceber o que é de interesse para o local e de definir o seu entrelaçamento com os atores envolvidos. Em razão disso, o TBC está articulado a inúmeros movimentos sociais (como o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP, o Movimento Social Quilombola, os Movimentos Indígenas, o Movimento dos Povos do Campo, da Floresta e das Águas, o Movimento Ambientalista, o Movimento Negro, os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Favelas);
- (m) A prática de TBC faz interlocução com as políticas públicas. Essas políticas devem se constituir de forma intersetorial, incluindo ações nas áreas de saúde, saneamento básico, infraestrutura de transporte, assistência social, entre outras. Isso porque as condições de saúde das comunidades envolvidas refletem diretamente na sua qualidade de vida para que seja viabilizado o TBC. Para a inclusão dessa prática na agenda do turismo no âmbito do poder executivo, em diferentes esferas, é fundamental que haja a regulamentação e o apoio ao TBC via secretarias de turismo e outras instâncias de governança, requerendo ou não recursos públicos;
- (n) A construção de normas e protocolos (não apenas de biossegurança) para que o TBC ocorra de forma

segura, protegida e responsável tanto para a comunidade local como para quem vem de fora, como os visitantes, uma vez que é crescente o número de viroses e outras doenças.

Assim, essas possíveis intervenções na realidade por meio do TBC não seria algo neutro e romanceado. Mesmo porque, a inserção dessa prática poderia ser também um agente perturbador e de geração de conflito no processo organizativo comunitário, inclusive entre a juventude aspirante por melhores condições de vida. Por isso, longe de buscar a construção de um modelo teórico sobre o TBC, mas com o objetivo de se debruçar sobre as práticas produzidas nas diversas facetas do TBC, essas reflexões e pistas traçadas para o procedimento investigativo é o resultado de um exercício teórico-prático processual, do ato de aprender a ir a campo, de habitar um território e a olhar para as práticas experimentadas, no passado, reconhecendo algumas histórias e percursos, não pelo compromisso com a repetição dos mesmos caminhos, mas, sobretudo, pela possibilidade de levar adiante esse processo mediado pelas transições em curso (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando à questão central do artigo: de que TBC estamos falando? Ou seja, quais são as versões dessa prática que estão sendo (re)produzidas pela realidade brasileira? Não tivemos a intenção de oferecer respostas prontas, nem mesmo de construir um modelo teórico ou uma receita de pesquisa sobre TBC para generalizações. A partir da pesquisa qualitativa, ao longo dos últimos 20 anos, foi possível reunir e encontrar algumas pistas capazes de ressoar as raízes, as práticas, os coletivos, os problemas e os caminhos para o fortalecimento do TBC na atualidade. Isso nos levou a entender a necessidade de que as comunidades reflitam sobre a sua realidade e busquem as suas próprias respostas e recomenços.

Nesse sentido, discutiram-se algumas mediações importantes do processo de construção do debate teórico-prático sobre o TBC no Brasil, entendendo que, ao longo das últimas décadas, múltiplas versões dessa prática estão sendo (re)produzidas em diferentes realidades brasileiras.

Da mesma forma, o TBC se configura como uma oportunidade de contar a história que a história oficial, a mídia e o próprio Estado não reconhecem sobre os grupos vulneráveis envolvidos. Isso porque estamos falando de elementos discursivos, narrativos, lugares de fala e práticas, que se tornam instrumento de intervenção e de construção de políticas por meio do TBC.

Estamos falando, também, de um TBC que busca melhor acesso ao mercado. Observou-se a articulação de formas inovadoras de inserção no mercado turístico com base em princípios norteadores do TBC. A título de exemplo, desde 2018, o Coletivo MUDA reúne agências e operadoras de turismo com o objetivo de fortalecer comunidades no viés da sustentabilidade e impactar de modo responsável os destinos de várias regiões do país. Em setembro de 2024, observou-se também que a Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária (Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba), lançou a central de comercialização dos seus roteiros com o objetivo de

manter e fortalecer o protagonismo comunitário, também, no processo de acesso ao mercado. Ainda assim, existe o risco de instrumentalização dessa prática para atender aos interesses do mercado.

Infere-se, no entanto, que a partir dos contextos históricos, político-territoriais específicos, das realidades e perspectivas locais, o desejo de desviar-se da lógica convencional de mercado, que induz e influencia na homogeneização de serviços e produtos, ganha força. Percebe-se que as experiências de TBC pesquisadas, mesmo sofrendo diversas pressões político-econômicas globais e locais, e estando inseridas em um contexto de interesses adversos, de diálogos, interlocução e relação com o mercado, ainda têm sido construídas tendo como característica "...um turismo com selo próprio...", em que lutam por não perder "...a sua alma." (Maldonado, 2009: 25).

Diante dos desafios e disputas em curso, fica claro, portanto, que o TBC, enquanto estratégia de resistência e alternativa econômica, evoca um outro mundo possível, priorizando, assim, a compreensão de ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão dos diversos grupos no campo e na cidade. Ao mesmo tempo, a participação e as ações das comunidades locais no processo de TBC e das organizações da sociedade civil com atuação local têm gerado ganhos sociais e ambientais que têm contribuído, inclusive, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Portanto, não se pode negligenciar que o TBC é uma oportunidade para dar visibilidade às contribuições e demandas desses povos e comunidades, bem como uma via potencial para o alcance dos ODS.

Além disso, algumas experiências de TBC ilustram algumas contradiçõessem muitos desdobramentos críticos também no contexto da reflexão acadêmica: como se construir uma proposta de TBC, quando ainda é uma tendência em políticas públicas de ser considerado como produto e as comunidades locais como atrativos? Como enfrentar a busca frenética pelo TBC a qualquer preço? Como lidar com as mudanças geradas pela pandemia para repensar e rearticular caminhos coletivos para o TBC? Quais são as condições de trabalho, de segurança e saúde nessas iniciativas? Como a dinâmica do TBC se altera com as mudanças climáticas em curso, tendo em vista que a maioria das iniciativas se localiza na costa brasileira? Essas são algumas perguntas que poderão inspirar e construir pontes para a proposição de novas pesquisas e ações pelo fortalecimento do TBC em rede.

Ao final, é preciso reconhecer que o esforço que nos dispusemos a empreender implica uma tarefa sempre inconclusa. Sendo a presente pesquisa resultante da análise de algumas iniciativas de TBC localizadas em diferentes regiões brasileiras, existiram ainda limitações metodológicas, como a ida a campo apenas em algumas das comunidades mencionadas. Ao contrário da tendência das teorias generalizantes, as experiências de campo permitiriam a análise mais profunda e singular sobre o processo e o movimento de cada realidade de TBC, ampliando as possibilidades de estudos futuros sobre este tema para, ao mesmo tempo, dedicar atenção ao desenho e proposição de políticas públicas voltadas para essa prática, que beneficiem

diretamente a multiculturalidade dos povos e comunidades tradicionais e moradores de favela no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- Bagagem. (2010). *Encontro da Rede Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário*. São Paulo: Projeto Bagagem.
- Bagagem. (2015). *II Encontro Turisol Brasília*. São Paulo: Projeto Bagagem.
- Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Benetti, L. F. (2024). “Somos cuidadores do Território”: Turismo Comunitário na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati (CE). (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora).
- Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 76-91). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Brasil. (2019). *Decreto n. 9763, de 11 de abril de 2019*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.70-A, p.12, 11 abr. 2019.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (2018). *Editais Chamada de proposta para fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília, DF: MMA/ICMBio. Recuperado de [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/Editais\\_projetos\\_de\\_Turismo\\_de\\_Base\\_Comunitaria\\_161117.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/Editais_projetos_de_Turismo_de_Base_Comunitaria_161117.pdf)
- Brasil. Ministério do Turismo. (2013). *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2008). *Editais Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008*. Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
- Campos Filho, A. V. (2017, 15 de janeiro). Turismo comunitário terá encontro latino em 2017... hora do Brasil fazer o dever de casa. Recuperado de <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2017/01/turismo-comunitario-tera-encontro.html>
- Campos Filho, A. V. (2018, 31 de março). O turismo comunitário e sustentável no Fórum Social Mundial 2018. Recuperado de <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2018/03/o-turismo-comunitario-e-sustentavel-no.html>
- Cañada, E. (2015). La comercialización del turismo comunitario en América Latina. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 41, 159-189.
- Cañada Mullor, E. (2023a). Erik Olin Wright e as possibilidades do turismo pós-capitalista. *Abya-Yala: Revista Sobre Acceso à Justiça e Direitos nas Américas*, 7(1), 20-38.
- Cañada Mullor, E. (2023b). Tensiones entre exclusión e inclusión en el desarrollo turístico, un cambio de perspectiva. *Ayana. Revista de Investigación en Turismo*, 3(2), 037.
- Coriolano, L. N., & Lima, L. C. (2003). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza, CE: EDUECE.
- Costa Novo, C. B. M., & Cruz, J. G. da. (2013). *III Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas*. Manaus, AM: ESAT/UEA.
- Corbari, S. D. (2021). Turismo e Capitaloceno: uma primeira aproximação. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 7, 1-9.
- Diegues, A. C. (2003). O turismo socialmente responsável e inclusão das populações tradicionais. In L. C. Lima & L. N. M. T. Coriolano (Orgs.), *Turismo e desenvolvimento social sustentável* (pp. 22-27). Fortaleza, CE: EDUECE.
- Dachary, A. A. C., Burne, S. M. A., & Arnaiz, F. C. (2020). O Turismo em Tempo de Ajustes. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6, 1-11.
- Doria, C. R. C. (2004). Viabilidade do ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia. (Tese de Doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará).
- Ferrari, S. (2021). El turismo comunitario urbano como forma de reexistencia cultural y laboral. *Cuestiones de Sociología*, 24, e115.
- Fontoura, A. G. C. (2009). Mesa 2 “Redes de turismo comunitário no Brasil”: A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Participação no Projeto Bagagem, Fórum Global sobre Turismo, Fórum Social Mundial, Belém, PA.
- Fórum Global sobre Turismo Sustentável. (2018). *Declaração de Salvador*. In FGTS – Fórum Global sobre Turismo Sustentável – Fórum Social Mundial 2018. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 14-15 mar. 2018. Recuperado de <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2018/03/o-turismo-comunitario-e-sustentavel-no.html>
- Guzzatti, T. C. (2003). O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de Agroturismo nas encostas da Serra Geral Catarinense. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina).
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Izcara, C., & Cañada, E. (2023). Fucha resiste: viajes de barrio en Bogotá. In E. Cañada, J. Gascón, & C. Milano (Eds.), *Turismo popular: propuestas y debates* (2ª ed. ampliada, pp. 39-46). Barcelona, España: Alba Sud Editorial (Serie Informes en Contraste, 08).
- Krippendorf, J. (2009). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (3ª ed. rev. e ampl.). São Paulo, SP: Aleph.
- Lima, M. A. G. de. (2014). Projetos de Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro: tecendo teias de significados em busca da dimensão cultural. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Lima, D. R. de. (2023). A construção de uma política pública ao revés: de movimento à Rede de Turismo Comunitário da Bahia. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia).
- Lima, L. C., & Coriolano, L. N. M. T. (Orgs.). (2003). *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza, CE: EDUECE.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se comportar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do tempo.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Marín Guardado, G. (2023). Apresentação: “TURISMO, DESIGUALDADE E CRISE: uma abordagem a partir da

- América Latina”. *Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas*, 7(1), 07-19.
- Marupia: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins. (2014). *Anais do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia: Protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas*. Parintins (AM): UEA, 7(6).
- Medeiros, L. S. de. (2020). Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, 16(29), 490-521.
- Mendonça, T. C. de M., & Irving, M. A. (2002). Projetos comunitários de ecoturismo: realidade ou desafio? *VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Ecoturismo e Turismo de Aventura*. Campo Grande, MS: Mariani, M. et al. (Orgs.). Caderno de Resumos, 20-23 out. 2002, 350p.
- Mendonça, T. C. de M. (2004). *Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Mendonça, T. C. M., et al. (2014). *O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso*. Relatório Final do Projeto. Período: agosto/2013 – julho/2014. UFRRJ.
- Mendonça, T. C. de M., & Moraes, E. A. (2012). Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 2(17/18), 1169-1183.
- Mendonça, T. C. de M., Moraes, E. A., & Catarcione, F. L. C. (2016). Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 232-248.
- Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., & Leite, M. C. S. (2020). Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária: a resistência caiçara, quilombola e indígena tece um novo mapa de turismo na Costa Verde (RJ). In K. dos S. Alves (Org.), *Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos* (pp. 163-180). Belo Horizonte, MG: Dialética.
- Minayo, M. C. de S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (3ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec/Abrasco.
- Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT, Ministério do Meio Ambiente – MMA. (1994). *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, DF.
- Moraes, E. A. de. (2019). “*Siga os atores e as suas próprias ações*”: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Moraes, E. A. de, Irving, M. A., & Mendonça, T. (2018). Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Turismo Visão e Ação*, 20, 249-265.
- Moraes, E. A. de, Irving, M. A., Pedro, L. M. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168.
- Moraes, E. A. de, Mendonça, T. C. M., & Estevão, P. H. R. (2023). Turismo de base comunitária em meio à pandemia COVID-19 no Brasil: enfrentamentos, redes e caminhos em transição. *Revista da ANPEGE*, 19, 1-27.
- Moraes, E. A. de, Guerra, M. F., Mendonça, T. C. M., & Fenerich, G. (2024). Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. *Turismo Visão e Ação*, 26, 1-19.
- Neuhaus, E., & da Silva, J. S. (2005). Um outro Turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. *Fórum Social Mundial*, Porto Alegre, RS.
- Oliveira, M. C. B. de. (2023). Turismo e práticas de acumulação: um estudo do município de Bahia de Banderas, Nayarit (México). *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 9, [sem paginação].
- Pilamunga, B. S. P. (2017). Turismo, conservación, valoración y defensa: dinámicas territoriales de los pueblos y nacionalidades indígenas del Ecuador basadas en el turismo comunitario. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 3(2), 70-79.
- Projeto Bagagem. (2022). *Mapeamento das iniciativas de Turismo de Base Comunitária*. [S.l.]: Projeto Bagagem. Recuperado de [https://issuu.com/projetobagagem/docs/mapeamento\\_tbc-projeto-bagagem](https://issuu.com/projetobagagem/docs/mapeamento_tbc-projeto-bagagem)
- Sahlins, M. (1997). O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). PPGAS, Museu Nacional, UFRJ/Ed, Rio de Janeiro.
- Sansolo, D. G. (2003). Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas. *PASOS*, 1(1), 39-50.
- Silva, J. S. et al. (Orgs.). (2008). *Declaração de Fortaleza*. In *Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, 2., 2008, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Instituto Terramar, FDZC.
- Silva, K., Teixeira, B., & Ramiro, R. (2009). Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 359-373). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Scharer, R. (2015). Economia solidária e turismo de base comunitária: uma experiência brasileira. In S. Lianza (Org.), *PAPESCA em Ação II* (pp. 60-67). Rio de Janeiro, RJ: Soltec/UFRJ.
- Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Veras, A. (2017). *Anais do Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia*. Boa Vista, RR: EdUFRR, 01(01).
- Zaoual, H. (2006). *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. DP&A Editora.
- Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 55-75). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

#### Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	1º Autor	2º Autor
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes		
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>	<b>1º Autor</b>	<b>2º Autor</b>
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise		
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x	x
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/ apresentação de dados	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planejamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	x
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planejamento e execução da atividade de investigação	x	x
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação		

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

---

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial  
 Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).  
 Recebido / Received / Recibido: 22.03.2024; Revisado / Revised / Revisado: 27.06.2024 – 30.08.2024 – 15.10.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 09.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 20.12.2024.  
 Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.